

PARTE II
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

26. No que se refere aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, definidos na Resolução 750 do CFC, de 29/12/1993, podemos afirmar, corretamente, que
- A) representam a essência dos dogmas e postulados relativos à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País.
 - B) representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País.
 - C) representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento vigente no meio acadêmico do nosso País.
 - D) representam a essência dos dogmas e postulados relativos à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento vigente no meio acadêmico do nosso País.
27. Assinale a alternativa que contém o princípio que afirma a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular, no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com, ou sem fins lucrativos.
- A) Da Continuidade.
 - B) Da Oportunidade.
 - C) Da Prudência.
 - D) Da Entidade.
28. As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre, simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. Esta afirmação refere-se ao princípio da
- A) oportunidade.
 - B) competência.
 - C) continuidade.
 - D) entidade.
29. Assinale a alternativa que contém o princípio que determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
- A) Da Continuidade
 - B) Da Oportunidade
 - C) Da Prudência
 - D) Da Entidade
30. Assinale a alternativa que contém o número de Princípios Fundamentais de Contabilidade, de acordo com o Art. 3º da Resolução 750 do CFC, de 29/12/1993.
- A) 8 (oito)
 - B) 7 (sete)
 - C) 6 (seis)
 - D) 5 (cinco)
31. No que concerne à competência técnico-profissional, é correto afirmar que o Contador, na função de Auditor Interno,
- A) deve manter-se atualizado em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade.
 - B) necessita estar devidamente registrado junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
 - C) deve conhecer exclusivamente a legislação aplicável à Entidade à qual está auditando.
 - D) necessita conhecer técnicas contábeis, no entanto não necessita ter conhecimentos inerentes à auditoria.
32. A Interferência externa nos trabalhos do Auditor Interno fere um dos princípios insertos na Resolução 781 do CFC, de 24/02/1995. Assinale a alternativa que contém este princípio.
- A) O da divisão dos poderes.
 - B) O da autonomia profissional.
 - C) O da hierarquia.
 - D) O da competência.

33. Quanto à responsabilidade na execução dos trabalhos, o Auditor Interno
- A) deve ter o máximo de cuidado, imparcialidade e zelo na realização dos trabalhos e na exposição das conclusões.
 - B) deve manter sigilo acerca das informações obtidas durante o seu trabalho, enquanto perdurar seu vínculo empregatício ou contratual.
 - C) deve abster-se de prestar assessoria ao Conselho Fiscal da Entidade
 - D) pode utilizar o auxílio de equipe técnica, que não necessita de qualificação profissional, tendo em vista que a competência técnico-profissional do Auditor Interno pode suprir esta lacuna.
34. O objetivo geral da auditoria interna é atender
- A) à administração da entidade.
 - B) à auditoria externa exercida pelos Tribunais de Contas.
 - C) à gerência financeira da entidade.
 - D) ao Conselho Regional de Contabilidade.
35. De acordo com o Art. 31 da Constituição Federal de 1988, a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, na forma da lei. Em relação ao município de Tauá, o órgão responsável pelo controle externo é o
- A) Conselho de Contas do Município.
 - B) Tribunal de Contas da União.
 - C) Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
 - D) Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
36. De acordo com o parágrafo 3º do Art. 31 da Constituição Federal de 1988, as contas dos Municípios ficarão, anualmente, por um determinado prazo, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei. O prazo ao qual o texto se refere é de
- A) 30 (trinta) dias.
 - B) 60 (sessenta) dias.
 - C) 120 (cento e vinte) dias.
 - D) 180 (cento e oitenta) dias.
37. De acordo com o caput do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, os princípios que regem a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são:
- A) legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficácia.
 - B) legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
 - C) legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
38. De acordo com o Art. 70 da Constituição Federal de 1988, são tipos de fiscalização exercidos pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, no âmbito da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas:
- A) contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
 - B) especial, financeira, orçamentária, organizacional e patrimonial.
 - C) contábil, especial, orçamentária, organizacional e patrimonial.
 - D) administrativa, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
39. Nos termos do Art. 74 da Constituição Federal de 1988, os Poderes manterão sistemas de controle interno, com finalidades específicas. Assinale a alternativa que contém, corretamente, uma dessas finalidades.
- A) Avaliar o cumprimento das metas de gestão.
 - B) Comprovar a legitimidade da aplicação de recursos públicos por entidades de direito público.
 - C) Exercer o controle das operações de crédito e garantias, bem como dos haveres da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - D) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

40. Acerca de fraude e erro, é correto afirmar que
- A) erro é um ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis.
 - B) fraude é um ato não intencional resultante de omissão, de desatenção ou má interpretação de fatos, na elaboração de registros e demonstrações contábeis.
 - C) caso não tenha detectado erros ou fraudes em seu trabalho, se estes forem, posteriormente, descobertos, o auditor será, pessoalmente, responsabilizado pelo resultado deles decorrentes.
 - D) caso o auditor detecte erros e fraudes em seu trabalho, tem a obrigação de relatar os fatos à administração da entidade, inclusive, sugerindo medidas corretivas.
41. No ano de 2007, o Município de Tauá recebeu a título de transferências governamentais da União e do Estado do Ceará, o valor total de R\$ 46.036.350,13 (quarenta e seis milhões, trinta e seis mil, trezentos e cinquenta reais e treze centavos). Desse montante, o valor de R\$ 6.557.197,00 refere-se à transferência de renda diretamente às famílias em condições de pobreza ou extrema pobreza, através do programa denominado Bolsa Família do Governo Federal, de acordo com dados do Portal da Transparência, da Controladoria Geral da União. Esses recursos representaram 14,24% (quatorze vírgula vinte e quatro por cento) do total das transferências governamentais destinadas ao município. Alguns tipos de fiscalização poderão ser feitos pelo órgão do controle interno competente, com a finalidade de verificar a correta utilização desses recursos. Assinale a alternativa que contém os tipos de fiscalização necessários para a verificação da correta utilização desses recursos.
- A) Contábil, financeira, orçamentária e operacional.
 - B) Contábil, financeira, ambiental e patrimonial.
 - C) Patrimonial, funcional, de sistema e orçamentária.
 - D) Financeira, operacional, de gestão e organizacional.
42. Ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), compete apreciar as contas prestadas, anualmente, pelos Prefeitos Municipais, emitindo parecer prévio, com a consequência prevista no § 2º do Art. 31 da Constituição Federal. Assinale a alternativa que contém o prazo que o TCM tem para apreciar essas contas.
- A) 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro do ano subsequente.
 - B) 24 (vinte e quatro) meses, a contar 01 de janeiro do ano subsequente.
 - C) 12 (doze) meses, a contar da data do seu recebimento.
 - D) 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data do seu recebimento.
43. Ao Tribunal de Contas dos Municípios, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida na Lei 12.160, de 04/08/1993, entre outras atribuições,
- A) apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais prestadas pelos prefeitos.
 - B) apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais prestadas pelos prefeitos e vice-prefeitos.
 - C) julgar as contas anuais prestadas pelos prefeitos.
 - D) julgar as contas anuais prestadas pelos prefeitos e vice-prefeitos.
44. De acordo com a Lei 12.160, de 04/08/1993, a decisão em processo de Tomada ou de Prestação de Contas proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios pode ser
- A) parcial, definitiva ou terminativa.
 - B) preliminar, definitiva ou terminativa.
 - C) parcial, preliminar ou total.
 - D) procedente, parcial procedente ou improcedente.
45. De acordo com a Lei 12.160, de 04/08/1993, as contas de gestão serão consideradas
- A) procedentes, parcial procedentes ou improcedentes.
 - B) procedentes ou improcedentes.
 - C) regulares, regulares com ressalva ou irregulares.
 - D) regulares ou irregulares.

46. De acordo com a Lei 12.160, de 04/08/1993, quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente, alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível a apreciação ou o julgamento das contas de gestores, estas serão consideradas
- A) irregulares.
 - B) regulares.
 - C) im procedentes.
 - D) iliquidáveis.
47. De acordo com a Lei 12.160, de 04/08/1993, da decisão proferida em Processo de Tomada ou Prestação de Contas caberá recurso de
- A) embargo de declaração, reconsideração e revisão.
 - B) voluntário, especial e extraordinário.
 - C) embargo de declaração, ofício e revisão.
 - D) ofício, especial e revisão.
48. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, de imediato, ao Tribunal de Contas dos Municípios, sob pena de responsabilidade
- A) subsidiária.
 - B) solidária.
 - C) direta.
 - D) indireta.
49. O valor da multa aplicada pelo Tribunal de Contas dos Municípios, nos casos de obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas, será de até
- A) 3.000 UFIRs (três mil Unidades Fiscais de Referência).
 - B) R\$ 3.000,00 (três mil reais).
 - C) 6.000 UFIRs (seis mil Unidades Fiscais de Referência).
 - D) R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
50. Os prefeitos encaminharão, anualmente, as suas contas ao TCM para apreciação, as quais consistirão de
- A) balanço geral do município e das demonstrações de aplicação dos recursos.
 - B) balanço geral do município e do relatório de gestão municipal.
 - C) balanço geral do município e do relatório de controle externo sobre a execução dos orçamentos de que trata o Art.165 da Constituição Federal.
 - D) do balanço geral do município e do relatório de controle interno do Poder Executivo Municipal sobre a execução dos orçamentos de que trata o Art.165 da Constituição Federal.